

3

Questão social e políticas públicas: revedo o compromisso da Psicologia*

Oswaldo H. Yamamoto**

Em agosto de 2002, comemoramos os primeiros quarenta anos da Psicologia como profissão regulamentada no Brasil. Não restam dúvidas de que muito se fez ao longo destas primeiras quatro décadas: a quantidade de profissionais e de agências formadoras; o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; a diversidade de áreas e setores de atividades abrangidos pelos psicólogos; a organização da profissão são mostras evidentes do vigor da Psicologia no Brasil.

* Versão adaptada e revista da intervenção na mesa-redonda "40 anos da profissão: revedo o compromisso da Psicologia para projetar o futuro", realizada no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, setembro de 2002, em São Paulo (SP).

** Psicólogo, doutor em Educação pela USP, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, coordenador do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação. E-mail: oswaldo.yamamoto@gmail.com

Todavia, se o intento é debater o compromisso social da Psicologia, lícito indagar: temos, realmente, o que comemorar nesses quarenta anos de regulamentação da profissão?

Profissão: o que é, para que regulamentar?

Para construir *uma* resposta para esta questão, convém precisar o significado de profissão. Partimos da compreensão de que uma profissão é uma prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada (Netto, 1992).

Algumas das vertentes teóricas às quais se afiliam os estudiosos das profissões costumam identificar, dentre os traços distintivos de uma profissão "autônoma", a existência de duas condições: a *expertise* e o credencialismo. Em poucas palavras, a *expertise* significaria o domínio, por parte dos profissionais, de um conjunto específico e relativamente esotérico de conhecimentos e habilidades que estariam fora do alcance da maioria das pessoas exteriores à ocupação. O credencialismo significaria a institucionalização da *expertise* que pressuporia uma organização da profissão para o treinamento e para a certificação da competência profissional, restringindo o acesso aos recursos daquela profissão somente àquele grupo selecionado de pessoas (Freidson 1998).

O que está subjacente a esta forma de organização profissional? Sem pretender abordar a questão em maiores detalhes, o que exorbitaria o âmbito deste capítulo, é necessário estabelecer alguns pontos para a nossa discussão.

Um pressuposto que está na base do sistema de profissionalização baseado na relação *expertise*-credencialismo é a questão da propriedade do conhecimento. Marilena Chaui (1980) discutiu essa questão, tempos atrás. A tese central de Chaui era de que a nossa sociedade era regulada pelo que ela chamava de "regra da competência", ou seja, "não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância" (p. 27). A regra definia, assim, quem seria competente para falar sobre os diversos temas (em particular, Chaui focalizava a educação). Dessa forma, o discurso *de* era silenciado e substituído pelo discurso *sobre*. Exemplifico com um tema familiar: o discurso do louco era substituído pelo discurso da Psiquiatria sobre a loucura. E assim por diante. Enfim, a respon-

sabilidade do especialista passa a ser *intermediar* as nossas experiências, de tal forma que somente podemos sentir ou fazer coisas que estão prescritas científica ou tecnicamente.

A tese é certamente polêmica, mas muito instigante: traduzida para os nossos termos, uma profissão (no sentido moderno do termo) teria por pressuposto a apropriação (privada) de conhecimentos por parte de um grupo que estabelece critérios de credenciamento e uso desses conhecimentos tem a exclusão como sua contrapartida.

Mas, para além do aspecto meramente corporativo, *existem* justificativas alegadas para a manutenção da díade *expertise-credencialismo*. Uma das principais razões diz respeito à complexidade da *expertise* que exigiria a intermediação de um profissional competente e credenciado e seria a única forma de garantir uma prestação qualificada desse serviço. Dessa forma, na raiz dessa justificativa, estaria a necessidade de *proteção do público* com relação a uma possível incompetência na utilização de tais recursos, ao mesmo tempo que o credencialismo estimularia os profissionais a um desempenho comprometido (Freidson, 1998).

Isto posto, a indagação que se impõe é se, com efeito, ao longo desses quarenta anos, a regulamentação tem protegido o público, ao mesmo tempo em que tem estimulado um desempenho comprometido por parte do psicólogo?

Profissão de psicólogo no Brasil: tradição e mudança

Nos primeiros anos da década de 60 do século passado, o Brasil atravessava um momento de intensa mobilização popular e crise política, cujo desenlace é bastante conhecido: dentre as possibilidades postas, o país inicia um período de vinte anos de regime autocrático-burguês, com desenho semelhante ao dos demais nações do cone sul.¹

O país contava com um sistema universitário já bem estruturado: conquanto recente,² já padecia dos problemas de anacronia do sistema e alvo de

1. Para análises sobre a questão, ver, dentre outros, Alves (1989) e Netto (1990).

2. A primeira instituição universitária no Brasil, a Universidade de São Paulo, é criada no ano de 1934. No ano seguinte, é fundada no Rio de Janeiro, a Universidade do Brasil, atual Universidade

contestação estudantil. Quanto à Psicologia, havia já uma tradição de produção de conhecimento e mesmo de aplicação em alguns de seus campos.³ É nesse cenário que a profissão é regulamentada, pela Lei Federal n. 4.119/62.

Desde os primeiros estudos sobre a profissão, um determinado perfil se desenha: três grandes áreas sendo consagradas, Clínica, Escolar e Industrial/Organizacional, com amplo predomínio da primeira. De fato, de acordo com dados do único levantamento exaustivo conduzido nacionalmente, 55,3% dos psicólogos tinham na área Clínica sua atividade principal, contra 19,2% na área Organizacional e 11,7% na área Escolar (CFP, 1988).

Mais do que a marcada preferência pela atividade clínica, porém, o modelo de profissional liberal moldado à luz das profissões médicas se faz amplamente hegemônico — o que leva Mello (1975), já no início da década de 1970, a clamar pelo compromisso social do psicólogo — que deveria ser, pela própria natureza do conhecimento com o qual trabalha, mais do que “uma atividade de luxo” (p. 109). Como uma autêntica ciência, e não “uma técnica para solucionar problemas íntimos dos privilegiados” (p. 113), a Psicologia deveria buscar uma inserção social mais significativa para um contingente maior da população. Numa direção próxima, Sílvio Botomé (1979), cruzando dados dos honorários de psicólogos que atuavam na área predominante, a clínica, com a distribuição de renda no Brasil, concluía que apenas 15% da população brasileira tinha acesso aos serviços profissionais do psicólogo. E indagava: os demais 85% não necessitam desse serviço?

A busca por uma resposta, *naquele momento*, à questão que formulamos — a quem a regulamentação protege e com quem a Psicologia se compromete — mostraria um quadro bastante melancólico, a julgar pelas inúmeras análises, e denúncias sobre os rumos da profissão não faltaram⁴ (assim como tentativas de proposição de construção de alternativas, é importante assinalar).

A questão é que, a despeito das denúncias e avaliações acerca dos rumos da Psicologia, somente na confluência de determinadas condições históricas — nomeadamente, o período final do regime autocrático-burguês, no qual há

Federal do Rio de Janeiro. Para análises acerca da constituição e características da universidade no Brasil, ver, em especial, Cunha (1980; 1983; 1988) e Fernandes (1977).

3. Para análises históricas sobre a Psicologia no Brasil, com angulações diversas de análise, ver Antunes (1999), Massimi (1990), Pessotti (1988) e Mello (1975).

4. Para alguns outros exemplos, ver Bock (1999), Figueiredo (1989), Lane (1981) e Yamamoto (1986).

uma rearticulação maciça do movimento popular, e o início de um período de crise (planetária) da acumulação capitalista — é que esse quadro começa a se redesenhar.

Tal mudança do perfil da profissão associa-se, ao menos, a três vetores: (a) contingências específicas do mercado de trabalho — a falência do modelo de profissional autônomo associada ao estreitamento da demanda dessa modalidade de serviços psicológicos como consequência da crise econômica que o país atravessava; (b) a abertura (extemporânea) do campo de atuação profissional pela redefinição do setor bem-estar no primeiro momento da transição democrática — processo para o qual concorrem a fragilização dos segmentos conservadores nos estertores do período autocrático-burguês e a organização dos setores oposicionistas, aí incluídos os intelectuais/profissionais de natureza vária, que conduz a importantes conquistas no plano social que têm seu momento emblemático na (progressista) Constituição de 1988;⁵ e (c) evidentemente, não se podem menosprezar os embates no plano teórico-ideológico que nutrem uma redefinição dos rumos da Psicologia.⁶

Os diversos estudos conduzidos, tanto no plano nacional como nos regionais, envolvendo avaliações da situação profissional (e. g., CFP, 1992; 1994; 2002; CRP/6ª Região, 1995; Yamamoto, Siqueira & Oliveira, 1997; Yamamoto et al., 2001), têm mostrado uma mudança que começa a se processar, gradual e tendencialmente, na configuração da Psicologia no Brasil.

Tomemos, para ilustrar, os dados de um levantamento conduzido em 2001 pelo Conselho Federal de Psicologia.

O quadro resultante evidencia duas tendências: de uma parte, a manutenção da hegemonia da atividade clínica com relação às demais, confirmando o perfil anteriormente mencionado; de outra, uma ampliação das oportunidades profissionais, propiciada pela abertura de novos espaços de inserção profissional. É nesse particular que se observa a presença do psicólogo nos campos do bem-estar social de cunho preventivo e compensatório.

Não é nossa intenção discutir em detalhes os dados sobre a configuração profissional da Psicologia; os elementos até aqui levantados são suficientes para estabelecer os pontos para a discussão.

5. Para análises sobre esse momento, ver, novamente, Alves (1989). Para uma discussão do papel dos intelectuais na transição democrática, ver Pécaut (1990).

6. Nesse particular, tem grande peso a ação do Conselho Federal de Psicologia, responsável pela condução de diversos estudos sobre a profissão (CFP, 1988; 1992; 1994).

Tabela 1 — Quadro comparativo da situação dos psicólogos brasileiros em 1988 e 2001 com relação à área de atuação

Área em que atua como psicólogo	1988*	2001
Clínica	55,3	54,9
Escolar	11,3	9,2
Organizacional/Trabalho	19,2	12,4
Docência	6,6	2,2
Pesquisa	1,3	0,6
Social/Comunitária	2,8	1,7
Saúde**	—	12,6
Trânsito**	—	3,9
Jurídica**	—	2,5
Esporte**	—	0,1
Outros	3,0	—

* Os dados de 1988 dizem respeito ao “emprego principal”.

** A pesquisa de 1988 não trabalhou com essas áreas, por não aparecerem ou por estarem agrupadas na categoria “Outros”.

Portanto, se de uma parte a inserção do psicólogo no campo das políticas sociais se desenha de forma nítida, garantindo à Psicologia uma considerável extensão da cobertura da atenção psicológica a camadas amplas da população, de outra, uma questão permanece: essa extensão do campo de atuação, para além do elasticamento do mercado de trabalho, representa um maior comprometimento com camadas mais amplas da população?

Questão social e políticas públicas

Antes de discutir a articulação dos temas centrais desta minha intervenção — o compromisso do psicólogo remetido à inserção do psicólogo no campo das políticas sociais —, necessito qualificar o debate partindo da consideração de um elemento pouco usual no tratamento das políticas sociais,

ou seja, a sua remissão à chamada *questão social*, como parâmetro e limite para a ação e o compromisso do psicólogo.

De uma maneira muito ampla, *questão social* significaria o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (Cerqueira Filho, 1982). É, pois, a expressão do "processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade (...). É a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia" (Iamamoto & Carvalho, 1983, p. 77).

Na passagem para o monopolismo, que conduz ao ápice a contradição entre a socialização da produção e a apropriação privada através do controle dos mercados, o Estado é refuncionalizado e redimensionado, assumindo a responsabilidade por um conjunto de mecanismos extraeconômicos que se articulam com o processo produtivo. Dentre tais funções, uma que adquire primordial importância diz respeito à "preservação e ao controle da força de trabalho, ocupada e excedente" (Netto, 1992, p. 22).

A articulação das funções econômicas e extraeconômicas (ou especificamente políticas) assumidas pelo Estado demanda, por um lado, a legitimação política pelo alargamento da sua base de sustentação, através da institucionalização de direitos e garantias sociais. Tal legitimação, pela utilização dos instrumentos da democracia política, mobiliza uma dinâmica contraditória, tornando o Estado permeável a demandas das classes subalternas.

Nessas condições, as consequências da questão social tornam-se objeto de intervenção sistemática e contínua por parte do Estado, mas através de um processo peculiar: sem a possibilidade da remissão à totalidade processual específica (conforme nossa definição), ela é tratada de forma fragmentária e parcializada.

Política social transmuta-se em *políticas* sociais (no plural): as expressões da questão social são tratadas de forma particular — e assim, enfrentadas.

É, portanto, na forma de políticas setorializadas que as prioridades no campo social são definidas. E política, é sempre conveniente lembrar, é conflito, que nas formações sociais capitalistas traduz-se na oposição entre os interesses da acumulação e as necessidades dos cidadãos. As políticas sociais, como parte do processo estatal da alocação e distribuição de valores, encontram-se no centro desse confronto de interesses de classes (Abranches, 1985).

O suposto de que as políticas sociais nos remetem *sempre e no limite* ao antagonismo irreconciliável de classes não nos impede, todavia, de pensar em

diferentes pontos de equilíbrio entre a acumulação e a privação social (Abranches, 1985). Tais pontos são dependentes de particulares correlações de força presentes no cenário político em cada conjuntura histórica específica.

Desse ponto de equilíbrio, nas nações afluentes, dependerá o grau de proteção social e de garantia dos padrões mínimos de vida, na forma de políticas universalistas, basicamente, de natureza *preventiva*. Nos demais países em que, com grau e amplitude diferenciados, a destituição decorrente do próprio processo de acumulação capitalista é a regra, do ponto de equilíbrio conseguido resultarão não apenas as ações de caráter universalista, mas aquelas de combate às situações de extrema pobreza, através de políticas de caráter *compensatório e redistributivo*.

Intervir como *profissão* no terreno do bem-estar social, portanto, remete Psicologia para a ação nas *sequelas da questão social*, transformadas em política estatais e tratadas de forma fragmentária e parcializada, com prioridades definidas ao sabor das conjunturas históricas particulares. Isto conferirá tanta relevância quanto os limites possíveis da intervenção do psicólogo.

Dessa forma, na análise de tais limites, entram em jogo ao menos três vetores: as formas peculiares de organização político-econômica que rebater no tratamento das questões sociais; a organização e a capacidade de resistência das classes subalternas; e a situação específica das profissões do setor bem-estar, no nosso caso, do psicólogo: organização profissional e compromisso social, hegemonia de tal ou qual modelo (teórico-técnico) de intervenção condições/características da formação acadêmica.

O primeiro desses pontos, as formas de organização político-econômica que definem as chamadas políticas sociais, merece uma consideração especial.

Ajuste neoliberal e desajuste social

A crise do modelo econômico, experimentada no segundo quartel e década de 1970, traduzida por uma profunda recessão, baixas taxas de crescimento econômico e explosão das taxas de inflação, dá início a um processo que culminaria com a hegemonia, no âmbito planetário, do ideário e agenda neoliberais.

Tomada em suas linhas mais gerais, a agenda consistiria na contração da emissão monetária, na elevação das taxas de juros, na diminuição

da taxaço sobre os altos rendimentos, na aboliço de controles sobre os fluxos financeiros, na criaço de nveis macios de desemprego, no controle e represso do movimento sindical, no corte dos gastos sociais pela desmontagem dos servios pblicos, alfm de um amplo programa de privatizaçoes. As suas premissas fundamentais sã o estabelecimento do mercado como instãncia mediadora fundamental e a ideia de um Estado mfmimo (nos moldes assinalados anteriormente) como a fmica alternativa para a democracia (Netto, 1993).

O aspecto que nos toca de perto, evidentemente, diz respeito ao tratamento dispensado para a questã social. Mesmo nesse aspecto, pode-se dizer que o neoliberalismo nã logrou alcanar, de forma generalizada, a desmontagem do sistema de proteço social — o que é verdade, sobretudo, em algumas naçoes escandinavas, com forte tradiço social-democrata.

Se a desmontagem do sistema de proteço social nã pode ser considerada um sucesso em diversas naçoes afluentes,⁷ em naçoes como as latino-americanas, que se notabilizam pela debilidade na cobertura e pelos reduzidos graus de eficácia, sob a égide de polticas de cunho meritocrático-particularista,⁸ tende a acentuar as desigualdades e aprofundar o quadro de miséria social.

Tomemos como exemplo o caso brasileiro. Apesar da melhora em índices específicos (aumento da expectativa de vida, dos nveis de escolarizaço, diminuico da mortalidade infantil entre outros),⁹ o tratamento dado à questã social foi absolutamente insuficiente para tirar o Brasil da posico que ocupa nos indicadores do Programa das Naçoes Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de “mfmio desenvolvimento humano”.¹⁰ Pelo contrário, a situaço de desigualdade social, com um quadro de degradaço geral das condiçoes de vida, é alarmante: em 1990, aproximadamente 40 milhoes de brasileiros (de uma populaço estimada em 147 milhoes) estavam na ou abaixo da linha

7. Para análises sobre a questã, ver, dentre outros, a análise de Anderson (1995)..

8. A denominaço é de Titmuss/Áscoli, também chamado de modelo “conservador-corporativista” por Esping-Andersen. Para a discussã da situaço do Brasil, ver Cabral Neto (1993), Draibe (1993) e Soares (2001).

9. Para dados sobre a situaço social no Brasil nos anos que se seguem à transico democrática, ver, dentre outros, Abranches (1985) e Soares (2001).

10. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, em 2000, era de 0,757 — o que coloca o país em 73º lugar dentre 173 naçoes avaliadas (UNDP, 2003).

O faz passar da incômoda situaço de país de “baixo desenvolvimento humano” em 1970 (IDH de 0,494) para o de “mfmio”.

da pobreza; 32 milhões em situação de indigência. Internamente, regiões mais pobres como o Nordeste brasileiro contavam com mais de 40% da população em situação de indigência (Soares, 2001).¹¹

Nesse quadro é que se faz sentir o impacto dos cortes dos gastos públicos no setor social (Tabela 2).

Tabela 2 – Quadro comparativo do gasto público social total e setorial de três países latino-americanos

	Total	Educação	Saúde
<i>Argentina</i>			
Total % PIB (1980/1)	16,2	3,3	4,0
Total % PIB (1990/3)	15,5	3,4	4,4
US\$ <i>per capita</i> (1980/1)	569,9	113,5	154,0
US\$ <i>per capita</i> (1990/3)	516,5	104,1	133,8
<i>Brasil</i>			
Total % PIB (1980/1)	9,3	0,9	1,8
Total % PIB (1990/3)	11,8	1,9	2,4
US\$ <i>per capita</i> (1980/1)	159,6	16,7	29,9
US\$ <i>per capita</i> (1990/3)	177,3	20,1	38,0
<i>México</i>			
Total % PIB (1980/1)	8,0	3,1	3,5
Total % PIB (1990/3)	6,5	2,7	3,2
US\$ <i>per capita</i> (1980/1)	224,8	87,6	94,0
US\$ <i>per capita</i> (1990/3)	167,4	67,2	80,1

(Adaptado de Draibe, 1997, p. 235).

Os dados mostram que o financiamento do gasto social no conjunto das nações latino-americanas não se altera de forma significativa, mas a tendência é regressiva. O Brasil, que dos países apresentados é o único que apresenta

11. Os dados originais provêm de fontes oficiais: da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). "Pobreza" equivalia, em 1990, a uma renda familiar *per capita* de US\$ 34,4 mensais; "Indigência" aqui é tomada como a condição de uma pessoa cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor que permite a aquisição de uma cesta básica, conforme os padrões nutricionais da FAO/OMS/ONU.

uma elevação nos gastos do setor, é também aquele que tem os piores índices, tanto em termos absolutos (medidos em US\$ *per capita*), quanto relativos (percentual do PIB).

Analisando os gastos setoriais, o Brasil investe cinco vezes menos que a Argentina e três vezes menos que o México no setor educacional. Quanto ao setor saúde, considerando-se o Brasil como uma das poucas nações que logrou impor, mesmo com todas as dificuldades já amplamente analisadas, um sistema único e descentralizado nos moldes preconizados pela Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-americana de Saúde (OMS/OPAS), investe quatro vezes menos que a Argentina e metade do que gasta o México.

Para além do aspecto regressivo do gasto público no setor social, a desestruturação neoliberal dos serviços sociais se processa através de três mecanismos: a *descentralização* dos serviços (que implica transferência de responsabilidade aos níveis locais do governo a oferta de serviços deteriorados e sem financiamento); a *privatização* total ou parcial dos serviços (promovendo uma dualidade, com oferta de serviços de qualidade diferenciada conforme a capacidade de pagamento do usuário) e a *focalização* (introduzindo um corte de natureza discriminatória para o acesso aos serviços sociais básicos pela necessidade de comprovação da "condição de pobreza") (Soares, 2001).

Portanto, a análise da condição social no Brasil — de resto, equivalente aos demais países latino-americanos — requer a consideração de dois vetores: de uma parte, a situação de miséria social que tipifica uma imensa parcela da população; de outra, o progressivo descompromisso do Estado com o financiamento da proteção social, associada à refuncionalização dos mecanismos de atendimento no setor.

Considerado esse quadro — e tendo por suposto que políticas sociais são expressões da questão social cujo equacionamento nos remeteria à contradição principal do modo de produção capitalista, ou seja, que "a maximização da equidade é incompatível com a maximização do processo acumulativo" (Santos, 1989, p. 40) — é que se pode aquilatar o significado preciso da afirmação de que as definições desse setor seriam metapolíticas, entendendo políticas sociais como ordenamento de escolhas trágicas.¹²

12. Segundo o autor, tomando como base o pensamento de Douglas Rae, "qualquer princípio de justiça, simples ou complexo, produz resultados contrários ao que se deseja quando aplicado da mesma forma em qualquer circunstância" (Santos, 1989, p. 39).

A Psicologia, políticas sociais e compromisso social

Retornemos, agora, aos nossos temas de origem: a regulamentação da profissão (com a proteção ao público como premissa); o compromisso da Psicologia e o campo das políticas sociais (as consequências da questão social transformadas em alvo das políticas particularizadas por parte do Estado), no contexto da reforma neoliberal do Estado em uma nação como o Brasil, como espaço de atuação comprometida do psicólogo.

As transformações em processo na Psicologia brasileira, decorrentes do conjunto de vetores específicos em jogo assinalados, empurrando o psicólogo para as classes subalternas (conforme antecipava Campos, 1983), permitem-nos mudar, ao menos provisoriamente, a resposta à questão do compromisso do psicólogo com relação ao quadro dos primeiros vinte anos. De fato, o elitismo da prática denunciada pelos estudiosos naqueles anos ainda é a tendência hegemônica da Psicologia, mas é possível afirmar que existe um movimento bastante consistente do psicólogo para a atenção a parcelas mais amplas da população brasileira.

A questão não parece residir em *com quem* a Psicologia, nesse movimento, vem se comprometendo, mas na *forma* desse compromisso.

Para discutir essa questão, tomemos o caso do setor da saúde, aquele no qual a Psicologia tem logrado uma inserção mais significativa. Os determinantes históricos dessa inserção — a reorganização profissional no contexto da luta antiditatorial dos anos 80, politizando os debates antes de cunho mais corporativo (Bock, 1999; Pécaut, 1990; Yamamoto, 1996), as conferências nacionais de saúde, os embates no nível congressual na Assembleia Nacional Constituinte, enfim, a incorporação, no texto constitucional de 1988, da ideia de saúde como responsabilidade do Estado e direito de todos e a previsão da organização de um sistema integrado de saúde — são temas já amplamente debatidos na literatura.¹³

Concretamente, os psicólogos ingressam no campo da saúde através de duas formas:¹⁴ nas Unidades Básicas de Saúde, articulado com os demais profissionais do campo, no desenvolvimento de estratégias de intervenção da

13. Existe uma farta produção acerca da questão. Apenas como referência, citamos Guimarães & Tavares (1994), Teixeira (1995) e Mendes (1996).

14. Há um terceiro eixo de inserção que se refere ao hospital geral, que não está sendo objeto de análise aqui, em virtude das especificidades dessa instituição e da forma pela qual os psicólogos

“vigilância da saúde”, que resultam da combinação de promoção da saúde, de prevenção das enfermidades e dos acidentes, e da atenção curativa (Mendes, 1996), e nos Núcleos e nos Centros de Atenção Psicossocial (NAPS/CAPS), modelo alternativo (conduzido por equipes multiprofissionais) para o tratamento manicomial.

A prática dos profissionais nos diversos equipamentos de saúde, contudo, tem se mostrado bastante problemática. Silva (1988 e 1992) afirma que o modelo tradicional de psicoterapia tem impedido o psicólogo de desenvolver ações de atenção primária à saúde (embora outros autores, como Campos (1988), lembrem que a psicoterapia, embora não seja a única, não deixa de ser uma atividade de atenção primária à saúde, coerente com as distinções entre ações de cunho preventivo e compensatório).

A questão em jogo, sem embargo, não nos parece simplesmente a possibilidade ou não da transposição de recursos técnicos tradicionais da Psicologia, em especial, o instrumental clínico desenvolvido para contextos socioculturais bastante diversos nos serviços públicos de saúde, mas a viabilização de uma prática que possa se articular, de forma qualificada, nas chamadas “políticas de vigilância da saúde”, antes aludidas.

Estudos que conduzimos no estado do Rio Grande do Norte, para tomar um exemplo, têm demonstrado que estamos longe dessa meta. Ao contrário, a intervenção do psicólogo tem, virtualmente, se resumido à reprodução do modelo clínico tradicional, em boa parte dos casos, informado pelas diversas vertentes psicanalíticas, sem nenhuma problematização acerca da adequação desses modelos teórico-técnicos para as exigências do serviço público de saúde, ou de desenvolvimento de ações integradas em equipes multiprofissionais.¹⁵

A questão mais preocupante é que, se em anos passados a tentativa (nem sempre eficiente) de focalização das atenções dos psicólogos para as classes subalternas, no contexto da rearticulação do movimento popular (de corte antiditatorial), era fortemente motivada por um reconhecimento da importância do comprometimento social da ação profissional, hoje, o quadro nos

têm desenvolvido suas ações. Para discussões sobre essa questão, ver Yamamoto e Cunha (1998) e Yamamoto, Trindade e Oliveira (2002).

15. É conveniente assinalar que, embora essa tendência seja dominante, a busca por alternativas mais consistentes não está totalmente descartada do horizonte dos psicólogos. Diversos estudos têm demonstrado essa preocupação, como os de Boarini (1996), Dimenstein (1998), Lo Bianco et al. (1994), Silva (1988 e 1992) e Spink (1992), apenas para citar alguns.

parece radicalmente diverso. A ação profissional dos psicólogos que atuam no campo da saúde (ao menos considerados os exemplos que temos em mãos, o que não representa, necessariamente, a ausência de outras formas de inserção) nos indica uma extensão da prática convencional (calcada no modelo médico) com uma *escassa* ou *nenhuma* problematização dessa forma de intervenção, reforçando um dos aspectos mais dramáticos da prática dos profissionais que atuam no setor social público: o *acesso desqualificado* por parte de parcelas cada vez maiores da população aos serviços básicos no setor social.

Se tiver pertinência essa linha de raciocínio, é urgente que todos que estão envolvidos com a produção de conhecimento e com as agências responsáveis pela formação dos profissionais, sem a desconsideração das características do mercado de trabalho e das condições por ele impostas, discutam a construção de alternativas consequentes do ponto de vista da *atenção às demandas das classes subalternas* partindo de outras modalidades de leitura do real e de abordagem do fenômeno psicológico.¹⁶

É importante lembrar que nosso objeto, aqui, são as ações desenvolvidas pelos psicólogos no campo das *políticas sociais públicas* tradicionalmente definidas. Embora a relevância da inserção nesse terreno seja indiscutível, o quadro da exclusão social que é a tônica das nações latino-americanas coloca em questão a possibilidade e a necessidade de ação de profissionais do setor bem-estar, no nosso caso, do psicólogo, em outros contextos, não necessariamente públicos, não necessariamente vinculados às políticas sociais clássicas, mas atinentes à questão social capitalista, como são os casos de assentamentos decorrentes dos movimentos sociais no campo, as questões vinculadas à violência nas cidades, a exploração sempre presente do trabalho infanto-juvenil, entre tantos outros tópicos. As possibilidades, pesando as condições, limites e questões postas para o exercício profissional do psicólogo, estão abertas.

Finalmente, gostaríamos de propor que, considerando os limites da atuação profissional do psicólogo — e eles estão dados por sua posição na divisão social do trabalho e pelas possibilidades de ação nas sequelas da questão social capitalista —, o desafio posto para a categoria é *ampliar os limites da dimensão política de sua ação profissional*, tanto pelo alinhamento com

16. Sem entrar no mérito das proposições, uma das tentativas nessa direção é explorada por Bock, Gonçalves e Furtado (2001).

os setores progressistas da sociedade civil, fundamental na correlação de forças da qual resultam eventuais avanços no campo das políticas sociais,¹⁷ quanto pelo desenvolvimento, no campo acadêmico, de outras possibilidades teórico-técnicas, inspiradas em vertentes teórico-metodológicas divergentes das que têm se constituído na *Weltanschauung* (hegemônica) da Psicologia.

Referências bibliográficas

- ABRANCHES, S. H. *Os despossuídos: crescimento e pobreza no país do milagre*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (ed). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ANTUNES, M. A. M. *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco/EDUC, 1999.
- BOARINI, M. L. A formação (necessária) do psicólogo para atuar na Saúde Pública. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 1, n. 1, p. 93-132, 1996.
- BOCK, A. M. B. *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: Cortez, 1999.
- _____; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (ed.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOTOMÉ, S. P. A quem, nós, psicólogos, servimos de fato? *Psicologia*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1-16, 1979.
- CABRAL NETO, A. Notas sobre o Estado do Bem-Estar Social. *Educação em Questão*, Natal, v. 5, n. 2, p. 19-51, 1993.
- CAMPOS, F. *O psicólogo, o usuário e a saúde mental na instituição pública*. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1988.
- CAMPOS, R. H. F. A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 5, n. 16, p. 74-84, 1983.

17. Tarefa que vem sendo realizada de forma bastante competente e responsável pelas últimas gestões do Conselho Federal de Psicologia e pelo Sistema Conselhos.

- CERQUEIRA FILHO, G. *A "questão social" no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHAUÍ, M. S. Ideologia e Educação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 2, n. 5, p. 24-40, 1980.
- CFP — CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Ed.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon, 1988.
- CFP — CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Ed.). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Átomo, 1992.
- _____. (ed.). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.
- _____. *Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia — Relatório final*. Relatório on-line. Disponível em: <http://www.pol.org.br/arquivos_pdf/relatorio_who.doc>. Acesso em: 27 jul. 2002.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA, 6ª Região. *Psicologia: formação, atuação profissional e mercado de trabalho (Estatísticas 1995)*. São Paulo: CRP/6ª Região, 1995.
- CUNHA, L. A. *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.
- _____. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p. 53-81, 1998.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais e o neoliberalismo. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo: n. 17, p. 86-101, 1993.
- _____. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reformas? In: DINIZ, E.; AZEVEDO, S. de (ed.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 213-58.
- FERNANDES, F. *Universidade brasileira: reforma ou revolução*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- FIGUEIREDO, M. A. C. *O trabalho alienado & o psicólogo do trabalho: algumas questões sobre o papel do psicólogo no controle da produção capitalista*. São Paulo: EDICON, 1989.
- FREIDSON, E. *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: EDUSP, 1998.

GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. A. W. (ed.). *Saúde e sociedade no Brasil: anos 80*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1983.

LANE, S. T. M. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LO BIANCO, A. C. et al. Concepções e atividades emergentes na psicologia clínica: implicações para a formação. In: CFP — CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Ed.). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, p. 7-79.

MASSIMI, M. *História da Psicologia brasileira*. São Paulo: EPU, 1990.

MELLO, S. L. *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática, 1975.

MENDES, E. *Uma agenda para a saúde*. São Paulo: Hucitec, 1996.

NETTO, J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PESSOTTI, I. Notas para uma história da Psicologia brasileira. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (ed.). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON, 1988, p. 17-31.

SANTOS, W. G. A trágica condição da política social. In: ABRANCHES, S. H.; SANTOS, W. G.; COIMBRA, M. A. (eds.). *Política social e combate à pobreza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, p. 33-63.

SILVA, R. C. *O trabalho do psicólogo em centros de saúde: algumas reflexões sobre as funções da psicologia na atenção primária à saúde*. São Paulo: 1988. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

_____. A formação em Psicologia para o trabalho em Saúde Pública. In: CAMPOS, F. (ed.). *Psicologia e saúde: repensando a prática*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 25-40.

SOARES, L. T. R. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SPINK, M. J. *Psicologia da saúde: a estruturação de um novo campo do saber*. In: CAMPOS, F. (ed.). *Psicologia e saúde: repensando prática*. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 11-27.

TEIXEIRA, S. F. (ed.). *Reforma sanitária: em busca de uma teoria*. 2. ed. São Paulo: Cortez/ABRASCO, 1995.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human development index trends*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/reports/global/2002/en/indicator/pdf/hdr_2002_table_2.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2003.

YAMAMOTO, O. H. *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: EDICON, 1986.

YAMAMOTO, O. H. *A educação brasileira e a tradição marxista (1970-1990)*. São Paulo: Moraes; Natal: EDUFRN, 1996.

_____ et al. Espaços, práticas: o que há de novo na Psicologia do Rio Grande do Norte? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 67-72, 2001.

_____; SIQUEIRA, G. S.; OLIVEIRA, S. C. C. A Psicologia no Rio Grande do Norte: caracterização geral da formação acadêmica e do exercício profissional. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 2, n. 1, p. 42-67, 1997.

_____; CUNHA, I. M. F. F. O. O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 345-62, 1998.

_____; TRINDADE, L. C. B. O.; OLIVEIRA, I. F. O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 217-46, 2002.

4

O futuro da Psicologia: compromisso ético no pluralismo teórico*

Carlos Roberto Drawin**

Demarcação de uma problemática

O título que escolhemos para o nosso texto pode parecer, a um possível leitor, excessivamente pretensioso, seja por sua abrangência, seja por seu objetivo. Pois é claro que, sob sua aparente simplicidade, a palavra "psicologia" recobre um campo vastíssimo, subdividido em muitas disciplinas, povoado por correntes e teorias antagônicas e impelido por um movimento centrífugo, que nos leva a questionar sobre a possibilidade de pensá-lo como um saber unitário. Por outro lado, a intenção de projetar no tempo esse saber

* Este texto foi apresentado na Mesa Magna do I Congresso Brasileiro de Psicologia: Ciência e Profissão e publicado parcialmente no *Journal de Psicologia* do CRP-SP, n. 134, outubro-dezembro de 2002. Foi, no entanto, reescrito e aumentado para esta publicação.

** Psicólogo; professor de Antropologia Filosófica no Departamento de Filosofia da UFMG, e professor de "História do Pensamento Psicanalítico" no Curso de Pós-graduação em Psicanálise do Departamento de Psicologia da UFMG. E-mail: carlosdrawin@yahoo.com.br.

tão polarizado e dispersivo, a pretensão de discorrer sobre o “futuro da psicologia”, não poderia deixar de soar como uma insensatez e uma temeridade. No entanto, as muitas dúvidas suscitadas pela imprecisão do conteúdo e pela obscuridade do objetivo poderiam convergir para uma justa suspeita: ao articularmos esses dois termos, “futuro” e “psicologia”, não estaríamos pressupondo uma certa opção ideológica? Não estaríamos excluindo, por princípio, aquilo que não caberia em “nossa ciência” e que, portanto, não poderia permanecer em “nosso futuro”?

É preciso admitir, sem tergiversações, que esta é uma justa suspeita, que se alimenta de uma quase evidência e que apenas o excessivo apego às nossas opções pode mascarar: a de que é impossível e, aliás, não é nem mesmo desejável, nos arrogarmos uma posição de neutralidade e de superior objetividade. Essa admissão, porém, não significa que não seja imprescindível explicitar, com a máxima clareza, a intenção subjacente ao título genérico de nosso texto, de modo a possibilitar, a um possível leitor, o distanciamento necessário para um discernimento crítico. O subtítulo que adotamos, talvez, nos possa socorrer no esforço de explicitar a nossa intenção: há, sem dúvida, uma opção claramente assumida e que designamos como “compromisso ético”, mas há também a ideia de que tal opção não só não anula, mas antes exige, o que designamos como “pluralismo teórico”. Devemos esclarecer, não obstante, o vínculo entre as duas expressões.

Em primeiro lugar, parece-nos óbvio, ao reconhecermos o “pluralismo teórico” em relação ao futuro da psicologia, que assumimos o pressuposto de sua irremissibilidade e que reconhecemos a inviabilidade de nos colocarmos num ponto de vista superior, de onde poderíamos discernir a unidade da psicologia. Se a história da psicologia pode ser caracterizada como uma “dialética da fragmentação”, se ela jamais alcançou a serenidade de uma “ciência normal”, então não podemos construir um discurso epistemológico que se imponha *sub specie aeternitatis* e não podemos julgá-la, enquanto totalidade multiforme, em nome de alguma idealidade científica.¹ Se o fizermos, estaremos nos retirando do diálogo racional, que deve lidar com as diferenças e com os antagonismos que foram sendo engendrados na história efetiva da psicologia e estaremos nos abrigoando numa ilusão, aquela que confunde facilmente a particularidade de uma opção teórica com a universalidade

1. Sobre este tema, permito-me remeter a um texto meu que o aborda, entretanto, numa outra perspectiva. Ver, Drawin, Carlos R. *Psicologia: dialética da fragmentação*. In: CPF — *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: EDICON/EDUC/Scientia et Labor, 1988, p. 236-51.

abstrata de uma cientificidade ideal. Ao contrário, cremos que um tipo de saber como o psicológico, pertencente de uma forma ou de outra ao domínio das "Ciências do Homem", não pode desconhecer a história dispersiva de seus conceitos, de seus modelos e teorias, porque esta não advém de uma patologia desse saber, algo sanável com a terapêutica do rigor metodológico, mas decorre da historicidade intrínseca aos objetos que visa apreender. Assim, o "futuro da Psicologia" é um futuro plural, não pode ser abarcado num só olhar e não pode haver uma solução epistemológica capaz de nos absolver do fardo histórico dessa irremediável pluralidade e da interlocução crítica que ela exige. Portanto, não pretendemos nos referir ao futuro da Psicologia como o de uma ciência unitária, numa espécie de utopia epistêmica que poderia englobar todas as suas vertentes, mas, em oposição a uma concepção idealizada e progressista do conhecimento, ressaltar que o seu só pode ser um futuro incerto, o da permanência e, até mesmo, o da proliferação das diferenças.²

Se atribuímos "incerteza" ao futuro, foi com o intuito de recusar a ideia, igualmente inadmissível, de que seria possível predeterminar para a Psicologia algo como "um futuro teórico", de modo a assegurar um conteúdo determinado que a seleção empírica das teorias, imposta pelo tempo, haveria de consagrar. Pois, como vimos, a Psicologia é um campo polissêmico que, em razão de sua própria dispersividade interna, ocupa um lugar estratégico e mediador no sistema altamente complexo dos saberes contemporâneos.³ Ora, há uma relação inversa entre complexidade e previsibilidade e, portanto, podemos admitir que os sistemas complexos são tendencialmente imprevisíveis. Desse modo, não seria insensatez prever algum tipo de futuro teórico para a Psicologia? Não seria este apenas mais um exemplo daqueles exercícios de futurologia que, após um breve prestígio, foram desacreditados pelos próprios acontecimentos que pretenderam antecipar?

2. O ideal de uma ciência unitária é um dos traços característicos do neopositivismo. Ver Boyer, Alain. *L' Utopie Unificatrice et le Cercle de Vienne*. In: Sebestik, Jan et Soulez, Antonia. *Le Cercle de Vienne. Doctrines et Controverses*. Paris: Klincksiek, 1986, p. 253-69. Para uma sólida introdução às ideias neopositivistas, ver: Echeverría, Javier. *Introducción a la Metodología de la Ciencia*. Barcelona: Baranova, 1989, p. 7-21.

3. Para a questão da importância da psicologia no universo das "Ciências do Homem", ver: Freund, Julien. *Las Teorías de las Ciencias Humanas*. Barcelona: Península, 1975. Pode-se consultar também: Blanckaert, Claude et al. *L'Histoire des Sciences de L' Homme*. Paris/Montréal: L'Harmattan, 1999. Sobre a necessidade de um pensamento complexo na ciência contemporânea, ver: Morin, Edgar. *Science avec Conscience*. Paris: Fayard, 1982.

das possibilidades que se dão na sincronia de nosso presente e, assim sendo, é objetivamente indecidível. Acreditar que, com base nos “dados” que possuímos sobre o “presente”, podemos prever o futuro é, como já afirmamos, um vão exercício de futurologia, que desconhece o caráter altamente abstrato e reflexivo de nossa modernidade. Além do mais, o “presente” é apenas um “ponto indiscernível” no fluxo do tempo, uma espécie de “ponto de fuga” entre o passado e o futuro, sendo incessantemente convertido em passado. Temos apenas interpretações que emergem no presente e que a ele podem se referir, mas não possuímos “dados” e, se como já foi ressaltado, as interpretações baseiam-se numa “pré-compreensão”, então elas implicam necessariamente juízos de valor. Portanto, o futuro não é impessoal e indiferente, mas é sempre o “nosso futuro”, é a projeção da forma com que nos apropriamos do presente. Na historiografia, essa primazia do presente, esse condicionamento retrospectivo, que os anglo-saxônicos chamam de *whiggismo*, é inevitável, mas é também, até certo ponto, passível de correção. O mesmo não se aplica na antecipação do futuro, pois, como é óbvio, em relação a ele não há algo como uma tradição historiográfica, e os acertos e erros que ocorreram nas previsões passadas podem ser apenas advertências acerca da inanidade dos nossos esforços atuais de previsão, uma vez que não podem ser transpostos para um futuro que é outro em relação a um “futuro passado”, a um futuro que se tornou um acontecimento e não mais permanece como uma possibilidade. A primazia do presente, parcialmente corrigível, como condicionamento retrospectivo, é inteiramente incorrigível enquanto condicionamento prospectivo.⁷

Entretanto, a dimensão do futuro, a de que no tempo pode surgir uma realidade nova, exige, como condição de possibilidade, uma representação do tempo que não seja cíclica, enclausurada na repetição ritualística de uma origem sagrada ou neutralizada na fixação de um mito, e essa representação surge historicamente apenas quando o presente passa a adquirir uma certa primazia axiológica em relação ao passado. Essa primazia — em que o presente julga o passado a partir de si mesmo, em vez de julgar a si mesmo a

7. São muitas as fontes em que nos baseamos para essas reflexões. Permito-me remeter a um pequeno texto meu: Drawin, Carlos R. A sabedoria do tempo. In: Decat de Moura, Marisa. *Psicanálise e Hospital III: tempo e morte: da urgência do ato analítico*. Rio de Janeiro: Revinter, 2003, p. 127-40. Para uma reflexão abrangente: Pomian, Krzysztof. *L'Ordre du Temps*. Paris: Gallimard, 1984. A expressão “futuro passado” alude ao título de uma obra fundamental, e já clássica, que versa sobre “teoria da história”: Koselleck, Reinhart. *Futuro Pasado: Para una Semántica de los Tiempos Históricos*. Barcelona: Paidós, 1993.

partir de uma época mítica e considerada superior — depende da construção de uma nova imagem de mundo, capaz de absorver a ação humana numa reconciliação entre ordem e história. Ou seja, o futuro só é realidade se o presente for realização. E foi essa nova imagem do mundo que — emergindo lentamente e encontrando a sua configuração histórica em meados do século XVIII — converteu-se num projeto de civilização que passou a ser definido como “modernidade”. A modernidade não designa, portanto, apenas uma época bem demarcada cronologicamente e bem diferenciada socialmente, mas encarna um valor e por isso foi, desde o seu início, atravessada por um “conflito de interpretações”. Ou, para falar de uma maneira provocativa, podemos afirmar que a “modernidade”, enquanto valor, sempre foi acompanhada pela “pós-modernidade”, da mesma forma que o “Iluminismo” sempre foi acompanhado pela sombra do “Contrailuminismo”. É esse movimento de polarização, mas também de interpenetração, que constitui a “dialética da modernidade”. Não é, portanto, como previsão que o futuro se torna pensável, mas como forma de julgar a nossa época. E por isso, sem veleidades proféticas, mas buscando esboçar uma tipologia, podemos delinear três modelos de futuro ou, melhor, três modos de pensar o futuro a partir do presente:⁸

- O primeiro modelo, que seria típico da Ilustração, encontrou, desde o século XIX, diferentes formas de expressão, seja na *Belle époque* e nos programas de industrialização e modernização social, seja nas políticas desenvolvimentistas e nas concepções do evolucionismo social e das filosofias positivistas. De um modo simplificado podemos dizer que esse modelo pode ser condensado na imagem do “Futuro como Progresso e Emancipação”. Nesse caso, o futuro seria uma espécie de projeção linear do presente e este seria interpretado como a época da instauração de uma forma nova e irreversível de racionalidade: a racionalidade tecnocientífica, com o seu poder de irradiação sistêmica nos domínios da economia, da política, da educação, das organizações burocráticas. Desse modo, o avanço efetivo

8. Essas considerações e as que se seguem estão inspiradas na obra de extraordinária erudição e lucidez de Henrique C. de Lima Vaz. Refiro-me, em especial, a: Vaz, Henrique C. de Lima. *Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura*. São Paulo: Loyola, 1997. A relação ordem e história é o eixo da obra monumental, em cinco volumes, de Eric Voegelin, cuja indicação devo ao grande mestre que foi Henrique Vaz. Ver: Voegelin, Eric. *Order and History V: In Search of Order*. Baton Rouge: The Louisiana State University Press, 1987.

da tecnociência seria ampliado para todo o espectro sociocultural e a “forma de pensar” da racionalidade científica absorveria a totalidade da razão. Essa perspectiva, desde Condorcet, ressuma otimismo e endossa a crença no controle racional da atividade política.

- O segundo modelo, que seria típico do Romantismo, também encontrou, desde o século XIX, diferentes formas de expressão, seja no neorromantismo e nas vanguardas estéticas do modernismo, seja na crítica cultural pessimista e na extensa processão das filosofias da vida e da existência e chegando, até mesmo, a alguns aspectos da contracultura. De um modo simplificado, podemos dizer que esse modelo pode ser condensado na imagem do *“Futuro como Decadência e Dominação”*. Esse modelo — colocado, em grande parte, sob o emblema heideggeriano do “esquecimento do ser” — encontra a sua confirmação na consciência do fracasso da racionalidade moderna em tornar-se força de emancipação e a sua capacidade em potencializar a violência e a destruição, o que resultou numa catástrofe de dimensões planetárias. Desse modo, o avanço efetivo da tecnociência se confundiria com um mundo “totalmente administrado” e com um “homem unidimensional”. Essa perspectiva, desde Rousseau, ressuma um pessimismo que se desdobra, ora numa orientação fortemente conservadora, ora na expectativa messiânica de uma ruptura revolucionária.
- O terceiro modelo é mais difícil de ser caracterizado, pois ainda não apresenta contornos bem definidos, mas parece ir tornando-se típico dessa nova sensibilidade que tem sido definida como “pós-moderna”. Aparece de modo difuso, como um fenômeno que tem sido, já há algum tempo, descrito em brilhantes ensaios sociológicos e que parece aproximar-se, em sua vertente intelectual, do pensamento pós-estruturalista. De qualquer modo, o seu perfil filosófico não é nítido, mesmo porque nele habita a recusa ao pensamento sistemático e fundacionista e nele se cultivam o “*pathos* do niilismo” e o gosto pelas formas híbridas e pelo bricabraque conceitual. E, por isso mesmo, talvez possamos defini-lo provisoriamente como uma forma híbrida dos dois modelos anteriores. Assim, nele não se tem uma visão apocalíptica do futuro, uma visão capaz de alimentar uma reação política, estética ou existencial na linha do conservador ou do revolucionário românticos, como é o caso do nosso segundo

modelo. Ao contrário, aceita serenamente o caráter irreversível da racionalidade tecnocientífica e, até mesmo, se compraz com as suas extraordinárias inovações tecnológicas, endossando, sem alarde, os seus benefícios numa perspectiva intensamente individualista. No entanto, nele não encontramos qualquer traço da metanarrativa de um progresso alavancado pela ciência, pela técnica ou pela economia, como é o caso do primeiro modelo. Se há um progresso claramente constatável no domínio da tecnologia, ele não se transmite para todos os segmentos do universo sociocultural que permanecem completamente refratários a qualquer tipo de ação racional. De modo que o mundo do futuro é frequentemente imaginado como um amálgama de alta tecnologia, de amplas possibilidades de fruição sensível, de alguns setores submetidos a uma ordenação asséptica e a um gerenciamento impessoal, enquanto outros estão mergulhados no caos, a vida social convive continuamente com o crime e a violência e é, sobretudo, povoada por indivíduos anódinos que padecem de uma ausência quase completa de sentido existencial. Seria, paradoxalmente, algo como um futuro "sem futuro", em que a novidade, gerada pela aceleração da técnica, é apenas fruto de um automatismo que nada produz de verdadeiramente novo e é recebida na fruição e na indiferença. Em relação ao futuro nada pode ser feito, mesmo porque ele é o resultado da reprodução e da expansão inevitáveis do capital, cuja lógica é considerada a única forma possível de razão e a ciência, destituída de sua aura emancipatória, ter-se-ia convertido numa espécie de destino do homem contemporâneo. Assim, de um modo ainda mais simplificado, porque o que descrevemos são apenas traços impressionistas, que podem se desfazer com facilidade, diríamos que é possível condensar esse modelo na imagem do *"futuro como indiferença ou do futuro sem devir"*. Nesse modelo, estranha mistura de inovação e mesmice, de excitação e tédio, cada um pode compor o mosaico que quiser com os restos que sobraram das grandes tradições, das antigas cosmovisões religiosas, com os fragmentos dos sistemas filosóficos e das teorias científicas. Nesse "futuro sem advento", todas as combinações seriam aceitáveis, porque não haveria uma realidade a ser conhecida, uma liberdade a ser realizada, nem uma verdade a ser alcançada, mas tão somente indivíduos que garimpam no passado aquilo que lhes pode satisfazer no presente e, para além da universalidade operacional do sistema

econômico e tecnocientífico, restam apenas demandas subjetivas e interesses particulares.⁹

A ideia de modernidade vincula-se, como já assinalamos, a um modo de representação do tempo que concede primazia ao presente e o que suscita essa focalização no presente é uma apreensão, mais ou menos explícita, de que se vive uma intensa crise cultural. Foi o que ocorreu, por exemplo, na época do nascimento da cidade democrática na Grécia clássica ou na época do declínio da sociedade feudal na Idade Média tardia. Diante da crise, o momento presente pode ser concebido como abertura para um futuro promissor ou como ponto crucial de um longo processo de decadência que se agudiza. Essa é a alternativa que encontramos nos dois primeiros modelos de futuro, a modernidade como um valor a ser afirmado, perspectiva de progresso, ou negado, como signo de decadência. No entanto, no terceiro modelo o que se pretende é uma "suspensão do juízo de valor", através de uma retração total da consciência judicativa para a esfera privada do indivíduo, para o âmbito da sensibilidade, em que cada indivíduo só pudesse emitir um juízo de gosto acerca do mundo em que vive.

Se, de fato, o futuro não é previsível, mas é a projeção de uma experiência vivida e compartilhada no presente, a espelhar a forma com que nos apropriamos da realidade, então podemos dizer que o "futuro pós-moderno" não é mais do que a tradução da grande vaga de apolitismo que submergiu o mundo no interregno entre os séculos XX e XXI (1991-2001), seria a expressão de uma profunda descrença na possibilidade de intervir de modo intencional e efetivo no curso dos processos históricos. Assim, enquanto o segundo modelo de futuro representava o desencantamento da *intelligentsia*, no primeiro pós-guerra, em relação ao poder de emancipação da racionalidade, o terceiro modelo representa o desencantamento da *intelligentsia*, do período "pós-socialista", em relação às possibilidades da política, uma vez que a política, após ter se separado da ética, teria sido absorvida na lógica do sistema tecnoeconômico.

Desse modo, se o destino foi a tragédia do homem grego e, como bem viu Hegel, a política havia se transformado na tragédia do homem moderno, então podemos dizer que a despolitização da sociedade, na esteira do de-

9. A expressão "futuro sem devir" ou "sem advento" foi inspirada no título da primeira parte (*Le Futur sans L' Avenir*) de um ensaio de fina percepção acerca do nosso tempo: Taguieff, Pierre-André. *L' Effacement de L' Avenir*. Paris: Galilée, 2000. Sobre tudo, p. 17-137.